

RETALIAÇÃO E ARBITRARIEDADE NA JUSTIÇA ELEITORAL DO RIO

Grevistas e diretor do Sisejufe são punidos com remoção e suspensão de horas-extras. Administração do TRE transfere dirigente sindical para Bangu

Em ação sem precedentes no Judiciário Federal do Rio, a administração do TRE mais uma vez se mostrou truculenta, logo após o fim da greve. Devido a atuação na mobilização dos servidores, o diretor do Sisejufe Moisés Leite, foi transferido da sede para Bangu. Não satisfeita, a administração removeu também de forma arbitrária quatro agentes de segurança, que participaram da greve e ainda os impediu de fazer horas extras. Eles sofreram punição geográfica por terem lutado pelo reajuste salarial, um direito Constitucional, assim como o direito de greve. O sindicato já tomou todas as providências necessárias. Haverá novidades em breve.

O Sisejufe se baseia na Constituição Federal e na Lei 8.112/90 que garantem ao dirigente sindical a inamovibilidade durante o mandato, até um ano após. A direção do sindicato observa que o ato da administração teve intuito de

interferir diretamente na atuação do diretor sindical, que como todos sabem, mobilizou a categoria no TRE sem se preocupar com ameaças veladas. A direção do sindicato procurou a Secretaria de Gestão de Pessoas e alertou para o fato da impossibilidade de punição e remoção do diretor sindical e dos servidores, e se caso houvesse necessidade de segurança nos polos eleitorais, se poderia fazer rodízio.

O pleito foi encaminhado ao assessor de segurança Sérgio Gonçalves, que não reconsiderou o ato e intensificou as remoções. Dois agentes foram mandados para locais distantes de casa: São Gonçalo e Nova Iguaçu. Todas as medidas já foram tomadas para repelir os atos arbitrários e punitivos e para que os servidores retornem a sede do TRE. O sindicato acredita que a Justiça prevalecerá e os que agiram praticando assédio moral e no abuso de suas funções vão responder por



Atuação do diretor Moisés Leite durante a greve motivou a administração do TRE a puni-lo com transferência para Bangu

seus atos. O Sisejufe está na luta sempre e vai atuar na defesa implacável dos seus sindicalizados e dos seus direitos. A luta não terminou, ela continua.

O conjunto de medidas arbitrárias vem de longa data. Inicialmente no período das inscrições de candidaturas para as eleições, o tribunal baixou resolução ame-

çando cortar o ponto de servidores que aderissem à greve e abrir processo administrativo para punir os que impedissem registros de candidaturas. Após o término da greve, de forma autoritária, impediu que servidores que participaram da última paralisação fizessem horas extras em setembro. São mais pontos

a acrescentar na difícil luta dos servidores que não devem desanimar e estar sempre unidos com o sindicato.

A categoria enfrenta a intransigência do governo, ameaças de corte de ponto e retirada de funções. É contra tudo isso que lutamos, e ainda continuamos a lutar.

Cumprimento de cronograma do concurso de remoção

Em 28 de setembro foi divulgado edital 1/2012 do TSE, que torna pública a abertura do Concurso Nacional de Remoção por permuta, independentemente do interesse da Administração. O Sisejufe tem recebido consultas sobre possível omissão do TRE em promover os atos que possibilitam a participação dos servidores da Justiça Eleitoral do Rio no concurso.

Cabe esclarecer que, o edital de abertura somente foi publi-

cado no Diário da Justiça Eletrônico (TSE) de 1º de outubro e, de acordo com o cronograma do Concurso, os Tribunais Eleitorais têm até o dia 8 de outubro para promoverem a indicação e cadastro do validador, a fim de possibilitar a inscrição dos interessados, no Concurso Nacional de Remoção.

Por conta disso, o Sisejufe encaminhou ofício à presidência do TRE pedindo que sejam adotadas pelo Regional as pro-

vidências estabelecidas no Edital do Concurso Nacional de Remoção, dentro dos prazos estabelecidos no cronograma do Concurso, e está acompanhando o cumprimento das referidas providências, a fim de garantir a participação dos servidores da Justiça Eleitoral do Rio Janeiro no Concurso Nacional promovido pelo TSE. [Departamento Jurídico - Aracéli Rodrigues/OABRJ 169.971].

TRE altera Regimento Interno para permitir reeleição de presidente do tribunal

O TRE modificou o texto do artigo 3º do seu Regimento Interno que dispõe sobre a eleição para a presidência e vice-presidência do tribunal, e sobre a duração dos respectivos mandatos. De acordo com o novo texto, aprovado pela Corte – divulgado em 21 de setembro na página de internet do TRE – existe a possibilidade de reeleição do

atual presidente do tribunal, Luiz Zveiter, devido à supressão da informação “proibida à reeleição” do texto atual.

O texto do artigo 3º do capítulo I do Regimento Interno, na redação anterior explicitava que o desembargador eleito cumpriria mandato de dois anos ou até o término do biênio, sendo “proibida a reeleição”. Contudo essa parte foi suprimida.

Seminário celebra Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência

NPD Núcleo do Sisejufe promove evento para discutir questões de interesse do segmento

Em homenagem ao Dia Nacional da Pessoa com Deficiência – 21 de setembro – o Núcleo de Pessoas com Deficiência (NPD) do Sisejufe promoveu o seminário “Acessibilidade: Limites e Conquistas, da Educação Infantil ao Mercado de Trabalho” em 25 de setembro. O coordenador do NPD, Ricardo de Azevedo Soares recebeu o assessor legislativo Ronald Pinto, representando o senador Wellington Dias (PT-PI), para debater o tema.

No Brasil, de acordo com o Censo 2000, cerca de 24,6 milhões de pessoas, ou 14,5% da população, apresentam algum tipo de deficiência. A maioria em idade profissional está desempregada por conta do preconceito e carência de formação básica. Ronald Pinto destacou a luta do segmento para alterar o texto da Meta 4 do Plano Nacional de Educação. Segundo Ronald, protagonismos como do NPD do Sisejufe são importantes e



Foto: Henri Figueiredo

Debate organizado pelo NPD contou com a participação do assessor legislativo Ronald Pinto

deverem ser destacados. A Meta 4 aguarda votação no Senado.

“Tratar os desiguais como iguais para implementação de políticas públicas em qualquer dimensão é a maior injustiça que o poder político pode fazer. Esse pensamento fechado tem sido o processo motor da compreensão da diversidade humana em diferentes categorias. Não é possível haver inclusão sem dar condições básicas para isso”, ressaltou.

Mesmo com a edição da Lei

8.123/1991, que obriga empresas com cem ou mais empregados a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com pessoas com deficiência, os trabalhadores seguem com sérias dificuldades de encontrar vagas. Quando são empregados não têm ambiente adaptado às necessidades.

A falta de mobilização em alguns setores, como no Judiciário Federal, foi destacada como dificuldade para conseguir avanços. “Enfrentamos proble-

mas para mobilizar e discutir as necessidades das pessoas com deficiência na Justiça Federal. A maior dificuldade é saber quais são as diversidades enfrentadas, pois não há participação”, destacou Ricardo Soares.

Para o dirigente, a dificuldade do debate político não reflete a ausência de problemas. “Tenho certeza que há dificuldades na rotina dos tribunais, pois se há para os servidores em geral, imaginem para os com deficiência”, afirmou.

Mesa-redonda em Curitiba

Os diretores do Núcleo de Pessoas com Deficiência Dulavim de Oliveira Lima Junior e Ricardo de Azevedo Soares participaram, em 2 de outubro, em Curitiba, de mesa-redonda promovida pelo Instituto Federal do Paraná sobre Acessibilidade e Inclusão em processos seletivos.

Ricardo elogiou a iniciativa do evento e o fato dos organizadores terem frisado que estavam ali para aprender. “Na maioria das vezes, querem nos empurrar goela abaixo algo pronto e acabado. O correto é ouvir as pessoas com deficiência, principais atingidos pelas políticas de acessibilidade”. Dulavim criticou a Súmula 377 do STJ que garante reserva de vaga a monoclulares em concurso. “O empregador em nada terá que mexer para empregar o monocular. Os deficientes visuais que enfrentaram dificuldades ficariam excluídos do processo”.

Direção do Sisejufe pede cumprimento da lei de acessibilidade no TRF e na SJRJ

Em respeito às garantias das Leis 10.048 e 10.098, de 2000, cujo prazo de cumprimento expirou em dezembro de 2001, a direção do Sisejufe protocolou requerimento administrativo, em 20 de setembro, à Presidência do TRF da 2ª Região e à direção do Foro da Seção Judiciária do Rio (SJRJ), requerendo providências urgentes para que as pessoas com deficiência tenham amplo acesso à estrutura e aos equipamentos da Justiça Federal.

De acordo com o Departamento Jurídico do sindicato, trata-se de prioridade legal estabelecida, exigindo adaptação de aparelhos, adequação de vias de acesso e reserva orçamentária, do que ainda não

se desincumbiu a Administração, impedindo que a pessoa com deficiência, seja servidor ou jurisdicionado, participe da atividade do órgão público. A legislação de regência da matéria impede a aprovação de qualquer orçamento para obra ou compra de equipamentos que não venham com adaptações prévias de acessibilidade.

O diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares, coordenador do NPD, destaca que a demora no atendimento das prescrições de acessibilidade causa transtornos aos usuários dos serviços, assim como gera restrições aos servidores com deficiência. (Departamento Jurídico do Sisejufe)

GT de Saúde e Relações de Trabalho discute ações para os próximos meses

Coordenadores da Fenajufe e dirigentes de sindicatos de base, entre eles do Sisejufe, participaram em 25 de setembro da segunda reunião do Grupo de Trabalho sobre Saúde, Condições e Relações de Trabalho. Ele debateram as ações desenvolvidas pelos sindicatos sobre o tema e nova agenda de atuação do GT. Foram definidos encaminhamentos, que serão apreciados pela Diretoria Executiva da Fenajufe. Entre eles o pedido de audiência que a federação encaminhará ao presidente do STF, ministro Ayres Britto, para tratar especificamente do assunto e pedir que ele formalize a participação da Fenajufe no GT de Saúde do CNJ.

O coordenador Zé Oliveira informou que o CNJ criou um GT de Saúde e que a Fenajufe foi convidada para participar. O coordenador defendeu que a Fenajufe seja oficializada como integrante do GT.

A Fenajufe também vai debater, a partir das indicações do GT, a realização da Campanha Nacional de Saúde. Duas reuniões temáticas ocorrerão em novembro, para discutir eixos temáticos: transformações no mundo do trabalho e sua relação com o processo eletrônico, planejamento estratégico, metas, organizações e condições de trabalho no Judiciário e MPU, além do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal.

Contraponto

SISEJUFU: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (MTb 32631/RJ) – **EDIÇÃO:** Max Leone
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda. **EDITOR-CHEFE:** Henri Figueiredo

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 8,1 mil exemplares.



Fenajufe e sindicatos continuam na luta pela aprovação do reajuste

PL 4.363 Presidente do STF garante empenho para que projeto seja aprovado até novembro

Foto: Henri Figueiredo

Apesar da suspensão da greve, a Fenajufe e os sindicatos de todo o país continuam com atividades para garantir a aprovação do PL 4.363/12. Uma das iniciativas foi a reunião com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, em 24 de setembro, quando ele garantiu aos coordenadores Zé Oliveira, Joaquim Castrillon, Jean Loiola, Antônio Melquíades (Melqui) e Cleo Vieira empenho para dar agilidade à tramitação do PL enviado ao Congresso Nacional em 31 de agosto.

Na reunião, os coordenadores pediram que o presidente do STF interceda junto aos parlamentares para que o reajuste seja votado e aprovado até o final da sua gestão, demonstrando a preocupação da categoria com o calendário de votação do Congresso, devido às eleições municipais. Eles reivindicaram que o STF adiante as conversas com os parlamentares para que o PL 4.363 possa ser apreciado e aprovado assim que as votações forem retomadas na Câmara e no Senado.

Os dirigentes solicitaram também que o STF corrija erros materiais no PL, já distribuído à Comissão de Trabalho, Administração Serviço Público da Câmara. Assim que os trabalhos no Congresso Nacional se normalizarem, pós primeiro turno das eleições municipais, a Fenajufe também vai convocar os sindicatos para irem a Brasília retomar os trabalhos de pressão sobre deputados e senadores.

O presidente do STF afirmou que já havia conversado com o presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), e que vai procurar também o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), para tratar da tramitação do PL 4.363. Ele disse, ainda, que vai falar com os líderes de partidos das duas Casas para encaminhar a votação do projeto ainda durante a sua gestão como presidente do Supremo, que se encerra em novembro. Quanto às correções, o Supremo já trabalha no Congresso para alterar o ponto referente aos oficiais de justiça, garantindo a nomenclatura de oficial de justiça avaliador federal, e também o item que



Categoria mobilizada: Fenajufe e sindicatos vão acompanhar tramitação do projeto que reajusta salário dos servidores

trata do anexo da remuneração das CJs, deixando claro que não haverá prejuízo aos ocupantes de cargo em comissão.

Sobre o PL 319/07, que garante o Adicional de Qualificação (AQ) para os técnicos judiciários com graduação de nível superior, Ayres Britto informou que pretende acertar a votação desse projeto com o governo e com o Congresso durante as negociações do PL 4.363.

Os coordenadores da Fenajufe

Os dirigentes solicitaram também que o STF corrija erros materiais no PL, já distribuído à Comissão de Trabalho, Administração Serviço Público da Câmara

reivindicaram que o STF garanta a negociação sobre a reposição dos serviços represados durante a greve. A maior preocupação é que as administrações não pu-

nam aqueles que participaram da paralisação. Ayres Britto garantiu que vai avaliar a reivindicação da Fenajufe e em seguida decidir o que pode ser feito.

Relator do projeto não vê risco de Dilma vetar proposta

O relator da proposta de reajuste dos servidores do Judiciário (PL 4.363/12), deputado Roberto Policarpo (PT-DF), vai apresentar seu parecer à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) após as eleições municipais. Ele afirmou que o projeto vai tramitar em regime de urgência, solicitação feita pelo deputado Lincoln Portela (PR-MG), atendendo o pedido da Fenajufe e dos sindicatos, e não deve enfrentar riscos de veto da presidenta Dilma Rousseff.

A assessoria parlamentar da federação já está colhendo as assinaturas dos líderes partidários para garantir o requerimento de

urgência, assim como foi deliberado pela Fenajufe.

O texto, encaminhado pelo Judiciário, é resultado do acordo que permitiu o fim da recente greve dos servidores da Justiça Federal e tem previsão de recursos na proposta Orçamentária de 2013, encaminhada pelo Executivo. A base do acordo é o reajuste escalonado da gratificação judiciária, a GAJ, de 50% para 100% até 2015.

Segundo o deputado, o aumento está previsto pelo Ministério do Planejamento para os reajustes de todas as categorias federais tenham impacto máximo de 15,8% na folha de pagamento da União ao longo dos

próximos três anos. Policarpo afirmou ter se reunido com o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça.

“Obtive a seguinte informação: se o Judiciário tiver condições de bancar essa parte da complementação, não tem problema algum”, contou. “O Judiciário disse que tem condições.”

Depois da Comissão de Trabalho, a proposta de reajuste dos servidores do Judiciário será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), em caráter conclusivo.

CNJ vai analisar impacto do PL

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve analisar ainda no mês outubro, durante sessão administrativa do órgão, o parecer sobre o impacto do PL 4.363, que reajusta a Gratificação Judiciária (GAJ) de 50% para 100%, em três anos (2013, 2014 e 2015). Após a análise, o parecer será encaminhado à Câmara dos Deputados e juntado ao projeto.

Na reunião com os sindicatos, o coordenador da Fenajufe Zé Carlos Oliveira explicou que na audiência

de 24 de setembro com o presidente do STF, o ministro Ayres Britto se comprometeu em encaminhar parecer favorável à aprovação do projeto na sessão do Conselho.

O ministro disse, ainda, que o novo projeto em tramitação tem o apoio dos presidentes de todos os tribunais superiores, o que dá maior autonomia para o Supremo atuar em defesa de sua aprovação no Poder Legislativo.

Com informações da Imprensa Fenajufe e da Agência Câmara

Infiltração faz cair rebaixo do teto do 13º andar da Almirante Barroso

Movimento Sindical Direção do Sisejufe cobra providências de problemas que se arrastam há meses

Após a forte chuva da noite do dia 25 de setembro, os servidores das seções NCOS/Serep, no 13º andar do prédio da Justiça Federal, na Almirante Barroso, tiveram uma surpresa desagradável ao chegarem na manhã seguinte. A sala onde eles trabalham estava completamente alagada, devido a uma grande infiltração que, inclusive, fez parte do rebaixamento do teto cair. A sala do Vice-Diretor do Foro também foi afetada e tomada pela água da chuva. Segundo denúncias encaminhadas ao Sisejufe, o problema afetou boa parte do 13º andar do prédio, no qual funciona a Direção do Foro da SJRJ (DIRFO) e respectivos setores de apoio.

Houve relato de danos a equipamentos elétricos e de informática, que foram cobertos por lonas plásticas. Os servidores desses setores foram temporariamente dispensados

de trabalhar. De acordo com as informações obtidas pela direção do Sisejufe, não há previsão de solução do problema.

Ainda conforme informações que chegaram ao sindicato, a direção da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) estaria fazendo reformas com vistas a resolver o problemas de vazamentos pré-existentes no prédio da Sede Administrativa da Almirante Barroso. Mas com a chuva intensa a infiltração atingiu um nível tal que provocou o desabamento do forro do teto, onde estão embutidos os dutos de ar-condicionado e elétricos, em vários pontos.

Em 4 de outubro, os diretores do Sisejufe Helena Cruz, Dulavim de Oliveira Lima e Flávio Prieto fizeram uma vistoria no local e puderam constatar a extensão da infiltração. Uma parte do corredor do 13º andar entre a sala da NCOS/Serep do vice-diretor do Foro



Diretores do Sisejufe fazem vistorias no prédio da Almirante Barroso

ainda estava sem revestimento do rebaixamento do teto. Havia vários pontos com manchas no teto. Segundo os diretores, o

sindicato voltará a cobrar providências para que o problema seja solucionado o mais breve possível e para que não volte a

ocorrer novamente, tendo em vista que essa situação já tinha sido denunciada pelo Sisejufe.

Em reportagem publicada por Ideias em Revista, na edição de número 36, o diretor do sindicato Ricardo de Azevedo Soares cobrou soluções para, entre outros pontos, “manchas no teto, como as que existiam no 13º andar, que seriam de vazamento do sistema do ar-condicionado ou infiltrações da laje” durante reunião com Ivan Cardim, diretor da Subsecretaria de Infraestrutura da Justiça Federal. Na reunião em 15 de fevereiro, Ricardo Soares também questionou a falta de Habite-se do prédio da Almirante Barroso. Como resposta ouviu que “o problema burocrático será resolvido em breve”. A direção do sindicato quer voltar a se reunir para cobrar as soluções devidas.

Da Redação.

Sisejufe promove Festa da Consciência Negra

O Sisejufe vai comemorar o Dia da Consciência Negra com uma grande festa de Jongo no Cordão do Bola Preta. No dia 17 de novembro, das 12h às 18h haverá celebração em homenagem a Zumbi dos Palmares, que será relembrado pelo sindicato com muita cultura africana: jongo, maxixe, samba-de-roda, cantos afro, afoxé, ciranda, maracatu e coco. Será o casamento do projeto Sisejufe Samba-Choro com os festejos da data de luta contra o racismo.

Além do Show do Jongo, com a apresentação da Escola de Jongo do Morro da Serrinha, haverá o show do conjunto Razões Africanas e o grupo Jongo da Serrinha, com destaque para Lazir Sinval e Dely Monteiro, Luiza Marmello (cantoras do Jon-

go da Serrinha), Anderson Vilmar (percussão), Marcello Mattos (percussão), Maurício Abreu (cavaquinho e viola) e Miguel Garcia (violão e viola). Lena Ganthos, cantora e servidora do TRE, vai abrir as comemorações com uma roda de samba às 13h.

O Cordão do Bola Preta fica na rua da Relação, 3, Centro. Os ingressos estão à venda para filiados no sindicato, a R\$ 12, no telefone 2215-2443. Reservas com Simone. Garantia já o seu ingresso, o espaço é limitado a 450 pessoa. Para quem não é servidor do Judiciário Federal o ingressos é R\$ 20 reais com Roberto Ponciano (9189-9746) ou no e-mail roberto@sisejufe.org.br. Os primeiros 80 ingressos vendidos dão direito a um CD do Jongo da Serrinha.

CJF decide pela isenção do IR sobre o auxílio pré-escolar

Em sessão no dia 24 de setembro, o Conselho da Justiça Federal (CJF) decidiu pela não incidência do Imposto de Renda sobre o auxílio pré-escolar, e aprovou a compensação dos valores descontados a mais no exercício de 2012. Desse modo, a isenção que já vinha sendo adotada por outros órgãos, passa a valer para toda a Justiça Federal. Os filiados ao Sisejufe, no entanto, já não sofriam o desconto desde 2009, por força de decisão de tutela antecipada, obtida pelo sindicato em ação coletiva que pleiteia o fim do desconto (Processo 0039712-36.2008.4.01.3400, 4ª Vara Federal do Distrito Federal).

A antecipação de tutela foi confirmada pela sentença que julgou procedentes os pedidos do sindicato, e condenou a União a restituir os valores indevidamente descontados.

O Sisejufe esclarece que a

restituição nos anos anteriores somente será possível após o trânsito em julgado da decisão, contra a qual a União interpôs recurso de apelação, pendente de apreciação pelo TRF da 1ª Região. A assessoria jurídica do sindicato protocolou pedido de preferência na tramitação do recurso, invocando precedentes

favoráveis do Superior Tribunal de Justiça, com vistas a agilizar o julgamento. Desse modo, conquanto a decisão do CJF não tenha autorizado a restituição dos valores descontados em anos anteriores, se confirmada a sentença, os filiados do sindicato terão a devolução assegurada. (Fonte: Departamento Jurídico)

Núcleo de Aposentados organiza II Encontro Regional em novembro

O II Encontro Regional Sudeste de Aposentados e Pensionistas do Judiciário Federal acontecerá de 23 a 25 de novembro, no Hotel Fazenda Acalanto do Vilarejo, em Conservatória. O evento vai discutir temas relevantes para a categoria, como reposição salarial, previdenciárias, entre outros. Também entrarão em debate a saúde, qualidade de

vida e a construção de políticas e ações que possam fortalecer a organização e a participação dos aposentados nos sindicatos. O DAP do Sisejufe é um dos organizadores do encontro. Interessados em participar podem ligar para assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, (21) 9189-9920 ou para a coordenadora do DAP Lucilene Lima (21) 9429-8556.